



TERMOS DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA PROVISÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BRASIL

CONTEÚDO

SIGLAS E DEFINIÇÕES-----	2
1. OBJETIVO -----	4
2. JUSTIFICATIVA -----	4
3. OBJETIVO E ESCOPO DO TRABALHO-----	10
3.1 OBJETIVO -----	10
3.2 ESCOPO DO TRABALHO-----	10
4. METODOLOGIA -----	13
4.1 UTILIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES -----	13
4.2 DESENHO DA METODOLOGIA-----	14
5. RELATÓRIOS, PRODUTOS E OFICINAS DE TRABALHO -----	14
5.1. RELATÓRIOS E PRODUTOS -----	14
5.2. OFICINAS DE TRABALHO -----	15
6. GRUPO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS -----	16
7. EQUIPE -----	16
7.1 EQUIPE CHAVE -----	16
7.2 EQUIPE DE APOIO -----	18
8. REFERÊNCIAS DE ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO PRIVADA EM SANEAMENTO -----	18
9. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -----	19
10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO -----	19

Siglas e Definições

ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Saneamento

ABDIB - Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AESBE - Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

AGUA e VIDA - Centro de Estudos de Saneamento Ambiental

AIDIS - Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental

ASFAMAS - Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento

ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)

BOT – Construção, Operação e Transferência (Built, Operate and Transfer)

CD – Disco Compactado

FNU - Frente Nacional dos Urbanitários

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCIDADES – Ministério das Cidades

ONG – Organização Não Governamental

OS – Ordem de Serviço

PMSS - Programa de Modernização do Setor Saneamento

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Programa de Trabalho – Caracterização, metodologia de execução e cronograma das atividades que compõem os serviços, a serem apresentados pela Consultora em sua proposta e aprovados pela UGP.

PSP - Participação do Setor Privado

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SANEATINS – Companhia de Saneamento do Tocantins

SDP – Solicitação de Propostas

SINAENCO – Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura, Engenharia Consultiva

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SNSA - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades

Termos de Referência (TDR) – Conjunto de informações técnicas e prescrições estabelecidas preliminarmente pelo Cliente, no sentido de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos ao trabalho ou serviço a ser executado

UGP/PMSS - Unidade de Gerenciamento do Programa/Programa de Modernização do Setor Saneamento

**SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOBRE
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA
PROVISÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE
ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BRASIL**

1. OBJETIVO

Contratação de serviços de consultoria, por intermédio do PMSS – Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS II), para a realização de estudo visando avaliar o impacto da Participação do Setor Privado – PSP na prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil. O conhecimento do impacto da PSP pode potencialmente contribuir para a universalização da prestação dos serviços e para o atendimento das “Metas de Desenvolvimento do Milênio”.

2. JUSTIFICATIVA

O modelo predominante no Brasil no final do Século XX foi de prestação dos serviços de saneamento pelo poder público. Contudo, existiram experiências de participação privada nos serviços de saneamento desde o Século XIX. Na década de 1990, assim como vinha ocorrendo em diversos outros países, a participação privada na provisão de serviços públicos tornou-se mais evidente focalizando-se inicialmente no fornecimento e distribuição de energia elétrica e serviços de telefonia, além de concessões rodoviárias e ferroviárias.

Em 1994, os municípios de Pereiras e Biritiba Mirim, na época com 5 mil e 20 mil habitantes, respectivamente, no estado de São Paulo, foram os pioneiros na concessão da prestação dos serviços à iniciativa privada no atual ciclo. Em 1995, foram promulgadas duas Leis 8.987/95 e 9.074/95 que regulamentaram os regimes de concessão e permissão dos serviços públicos para empresas privadas no país. Após a promulgação dessas duas leis várias concessões foram realizadas.

No período 1994-1999, as maiores concessões no Brasil ocorreram no estado do Rio de Janeiro. Nesse quadriênio, as concessões mais importantes em relação ao contingente populacional atendido ocorreram nos municípios de Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, totalizando uma população corrente de 412.573 habitantes cuja Concessionária é a Pró-Lagos. Outras concessões também ocorreram no município de Campos, atingindo 350.000 habitantes, Niterói, 465.000 habitantes e Petrópolis, 229.559 habitantes. A experiência de PSP não se limitou às concessões. Outras experiências de participação privada ocorreram tais como os BOTs de Birigui, Cajamar, Itu, Jaú, Jundiaí, Marília, Ourinhos, Ribeirão Preto e São Carlos. Outras experiências ocorreram de alienação parcial de capital da SANEPAR e da SANEATINS.

No período posterior, 1999-2004, processaram-se pela primeira vez no país concessões em capitais de estados. A concessão mais significativa ocorreu no estado do Amazonas, em Manaus, em julho de 2000, quando a DRMA-Suez Ambiental passou a explorar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário servindo a uma população de 1.373.181 habitantes. A capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, também concedeu os serviços em outubro de 2000 para a operadora Águas de Guariroba, em uma concessão plena que atende 643.092 habitantes.

Atualmente as concessionárias privadas atendem a um contingente populacional de 7,0 milhões de pessoas em 63 municípios do país, o que representa cerca de 4,5% em termos da população do país ou ainda 1% dos municípios. De acordo com a ABCON – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Saneamento, o setor privado investirá R\$ 3,4 bilhões até o final dos seus contratos de concessão. Deste montante, R\$ 1,1 bilhão já foi materializados até dezembro de 2004, representando 32,7% do total comprometido, e a previsão para os próximos 5 (cinco) anos (até 2009) é de investimentos da ordem de R\$ 635 milhões. Isso significa que até 2009 as operadoras privadas terão investido 51,5% do montante estabelecido nos contratos que vencerão entre 2025 e 2030.

A Tabela 1 a seguir detalha as participações privadas existentes no Brasil até o presente, de acordo com as informações da ABCON.

Tabela 1 – Arranjos de Participação do Setor Privado por Tipo e População Atendida

Estado	População Atendida	Concessões Plenas (água e esgotos)	Parciais e BOT	Alienação Parcial de capital	Contrato de Gestão
Amazonas (1)	1.373.181	1. Manaus.			
Ceará (1)	538.312				1. Fortaleza
Espírito Santo (1)	177.050	1. Cachoeiro do Itapemirim.			
Mato Grosso (7)	98.339	1. Carlinda; 2. Cláudia; 3. Guarantã do Norte; 4. Matupá; 5. Nobres; 6. Primavera do Leste; 7. Sorriso.			
Mato Grosso – concessionárias não associadas à ABCON (10)**	431.947	1. Arenápolis; 2. Juscimera; 3. Guarantã do Norte; 4. Marcelândia; 5. Matupá; 6. Nova Xavantina; 7. Pontes e Lacerda; 8. Santa Carmem; 9. Sorriso; 10. União do Sul.			
Mato Grosso do Sul (1)	643.092	1. Campo Grande.			

Estado	População Atendida	Concessões Plenas (água e esgotos)	Parciais e BOT	Alienação Parcial de capital	Contrato de Gestão
Minas Gerais (3)	36.397	1. Araújos; 2. Bom Sucesso; 3. Paraguaçu.			
Paraná (1)	135.856	1. Paranaguá.			
Rio de Janeiro (7)	1.827.209	1. Araruama, Silva Jardim, Saquarema; 2. Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro DAldéia; 3. Campos; 4. Guapimirim; 5. Niterói; 6. Petrópolis; 7. Nova Friburgo.			
Santa Catarina (1)	31.510	1. Itapema.			
São Paulo (17)	2.236.383	1. Guará; 2. Limeira; 3. Mairinque; 4. Mineiros do Tietê; 5. Mirassol.	1. Araçatuba; 2. Birigui; 3. Cajamar; 4. Itu; 5. Jaú; 6. Jundiaí; 7. Marília; 8. Matão;		

Estado	População Atendida	Concessões Plenas (água e esgotos)	Parciais e BOT	Alienação Parcial de capital	Contrato de Gestão
			9. Mauá; 10. Ourinhos; 11. Ribeirão Preto; 12. São Carlos.		
Tocantins (1)	937.660			1. SANEATINS (117 municípios atendidos)	
TOTAL	8.466.936	37	12		118

Notas:

1. Fonte: ABCON – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Águas e Esgoto.

** . Como as concessões estão em fase de estudo não existem informações precisas que categorizem elas em plenas ou parciais.

Embora pesquisas de opinião sejam feitas pelas concessionárias para avaliar a satisfação geral com a provisão dos serviços e informações são prestadas sobre o nível de investimentos feitos e planejado, inexistem estudos sistemáticos que avaliem o impacto da PSP.

Não existem informações consolidadas que possibilitem uma avaliação da forma de ingresso do setor privado, as opções assumidas pelo município e o grau de melhoria dos serviços (nas áreas operacional, financeira e de gestão das empresas) e na qualidade dos serviços fornecidos pelas concessionárias. Inexistem, igualmente, análises estruturadas sobre as bases institucionais e legais oferecidas para a participação de investidores e concessionárias privadas.

Também não temos estudos que demonstrem a melhoria de acesso aos serviços pelos diferentes grupos de renda, o grau de melhoria institucional do concedente na condução de concessão de longo prazo e a sua habilidade em ajustar as falhas que possam ter ocorrido por ocasião da concessão, mesmo após mais de dez anos do início da participação privada na exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil.

Faz-se necessária, então, uma análise das questões referentes às vantagens e às desvantagens desse formato de exploração dos serviços de saneamento. Tais análises são de grande relevância para o desenho de políticas públicas, em especial nesse momento em que se discutem alternativas para o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM em relação ao acesso ao abastecimento seguro e sustentável de água e aos serviços de esgotamento sanitário.

Adicionalmente, grupos independentes e diversas organizações relacionadas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em nível mundial concordam que é necessário uma revisão global para avaliar o impacto da participação do setor privado nesses serviços, visando o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

A Conferência Internacional da Água em Bonn, Alemanha, em 2001, originou o *Global Water Scoping Process* formado por um Grupo de Trabalho que compreende seis diferentes organizações com experiências distintas de atuação em abastecimento de água e esgotamento sanitário que concordam sobre a idéia de revisão da participação do setor privado nos serviços. Compõem o Grupo de Trabalho do *Global Water Scoping Process* inicialmente as seguintes organizações: ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Consumers International, WaterAid, RWE Thames Water e Environmental Monitoring Group. Este Grupo coordenou os estudos iniciais sobre a oportunidade de realizar uma revisão da participação privada nos serviços de água e esgotos e promoveu um workshop em Berlin, em junho de 2004, com os 60 participantes oriundos de várias partes do mundo, quando ratificaram a idéia de realizar estudos em diversos países, sendo suas conclusões divulgadas globalmente.

Como conseqüência, um Grupo foi criado para representar o Brasil, composto pelas principais entidades e agentes representativos do setor de saneamento (11 entidades). São elas (em ordem alfabética): a ABCON (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Saneamento), a ABDIB (Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base), a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), a AESBE (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais), a AGUA e VIDA (Centro de Estudos de Saneamento Ambiental), a AIDIS (Associação

Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental), a ASFAMAS (Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento), a ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), a FNU (Frente Nacional dos Urbanitários), a SNSA (Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades) e o SINAENCO (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura, Engenharia Consultiva). Este Grupo-Brasil vem trabalhando desde 2003 e tem a coordenação da ABES e a Secretaria Executiva está sendo feita pela ABCON.

3. OBJETIVO E ESCOPO DO TRABALHO

3.1 Objetivo

O trabalho visa examinar o impacto da participação do setor privado – PSP na provisão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil. Os consultores deverão examinar o impacto dessa participação respondendo às perguntas que deverão orientar a investigação e que estão descritas no Escopo do Trabalho (definido na Seção 3.2 destes Termos de Referência).

3.2 Escopo do Trabalho

Para examinar o impacto da PSP na prestação dos serviços, os consultores deverão atender os requerimentos contidos nesta seção e que se dividem em duas partes:

Parte 1: O objetivo da Parte 1 é a elaboração de um documento geral e sucinto em relação à prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil. O documento deverá destacar os elementos fundamentais que permitam (i) detalhar a participação dos provedores públicos e privados, os níveis de cobertura dos serviços e as disparidades regionais entre as grandes regiões geográficas; (ii) o ambiente regulatório geral do setor; e (iii) em especial relativamente ao setor privado, as interfaces do setor de abastecimento de água e de esgotamento sanitário frente a outros setores tais com o gerenciamento de recursos hídricos, saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano, dentre outros que a contratada julgar pertinentes para essa contextualização.

Parte 2: A Consultora deverá responder três perguntas fundamentais. Como orientação para a elaboração das respostas às perguntas, a Consultora deverá analisar o impacto da PSP nestas três áreas.

<p>Pergunta 1 – Qual é o impacto da Participação do Setor Privado no desempenho das empresas em fornecer os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário?</p>

A resposta a essa pergunta inclui necessariamente a análise dos aspectos:

- 1.1 melhoria no desempenho operacional das empresas
- 1.2 melhoria no desempenho financeiro das empresas
- 1.3 aumento dos investimentos no setor

Na investigação dos itens 1.1, 1.2 e 1.3, a consultora deverá levar em consideração, no mínimo, os seguintes aspectos sem, entretanto, limitar-se apenas a estes:

- (i) nível de investimento aportado, incluindo recursos próprios, governamentais e de financiamento, e os benefícios em relação ao acesso, aqueles já materializados e a serem realizados, anualmente e *per capita*; sempre que possível comparativo com metas do contrato,
- (ii) fontes e custos do financiamento utilizado pelas concessionárias (recursos próprios e de terceiros, por exemplo) assim como o lucro líquido ao longo da concessão;
- (iii) custos econômicos no fornecimento dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e identificação de ganhos de produtividade;
- (iv) a avaliação da eficiência operacional e melhorias/deficiências;
- (v) o Plano de Contas das empresas, sobretudo sob a ótica do controle por parte do titular dos serviços e das obrigações assumidas em relação à concessão;
- (vi) o cumprimento de normas ambientais e de saúde incluindo avaliação dos indicadores pertinentes;
- (vii) inovações gerenciais implementadas e o sistema de informação para a gestão comercial, tais como a estrutura, a qualidade e a eficiência de cobrança;
- (viii) níveis de perdas físicas e não físicas de água, assim como as ações implementadas para o gerenciamento das perdas de água, incluindo os aspectos técnicos, institucionais, comerciais, dentre outros; e
- (ix) ações implementadas para o uso eficiente de energia elétrica e outros insumos do fornecimento de água, ou coleta, tratamento e disposição de esgotos.

Pergunta 2 – Qual é o impacto da Participação do Setor Privado para os domicílios em relação ao acesso e qualidade dos serviços prestados?

A resposta a essa pergunta inclui necessariamente a análise dos aspectos:

- 2.1 acesso aos serviços
- 2.2 tarifas e política de subsídios
- 2.3 qualidade dos serviços prestados

Esta análise deverá ser realizada mediante uma pesquisa domiciliar que a Consultora assegure ser representativa da população servida. Esta pesquisa domiciliar pode ser suplementada por pesquisas específicas de método participativo.

Na investigação dos itens 2.1, 2.2 e 2.3, a consultora deverá levar em consideração, no mínimo, os seguintes aspectos sem, entretanto, limitar-se apenas a estes:

- (i) levantamento e cumprimento das metas físicas de atendimento estabelecidas na concessão e verificação do seu atendimento. Em caso de não cumprimento dessas metas, as soluções adotadas. Caso não existam metas definidas de atendimento os consultores deverão apresentar a evolução da cobertura dos serviços no período da

concessão;

(ii) análise e avaliação da cobertura com serviços de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, em áreas específicas de atendimento, inclusive áreas de baixa renda e aquelas que se localizam na periferia das áreas atendidas; caso alguma área tenha ficado fora da concessão as soluções adotadas;

(iii) evolução do nível de tarifas de água e de esgotos, reajustes e revisões aplicados nas tarifas, desde o início de operação da concessão até o presente, em comparação com índices de preços apropriados para o setor visando identificar o comportamento das tarifas em relação à inflação;

(iv) situação da inadimplência dos usuários;

(v) política de tarifas sociais implementadas pela concessionária, ou outros mecanismos que facilitem o acesso às camadas de renda mais baixa da população, tais como existência de subsídios diretos, indiretos, programas sociais, entre outros;

(vi) os fatores mais importantes para avaliação da qualidade dos serviços, tais como, por exemplo, a continuidade e a regularidade dos serviços.

Pergunta 3 – Qual o impacto fiscal da Participação do Setor Privado?

A Consultora deverá investigar se houve impacto fiscal para o estado ou município decorrente da PSP.

Para determinar o impacto fiscal, a Consultora deverá levar em consideração, no mínimo, os seguintes aspectos sem, entretanto, limitar-se apenas a estes:

(i) mudança nos dispêndios referentes às dívidas e aos déficits públicos em decorrência da PSP;

(ii) mudança nos pagamentos ou recebimentos do município ou do estado referentes à PSP; e

(iii) custos de transação da PSP (medidos, por exemplo, em relação aos investimentos, custos regulatórios e outros gastos feitos pelo município ou estado) para viabilizar o ingresso do setor privado e a sua efetivação evidenciando o tratamento desses gastos nas contas do município ou estado.

Ao determinar o impacto da PSP sobre as concessionárias, domicílios e governos, a Consultora deverá avaliar como as diferentes formas de PSP e os arranjos institucionais existentes têm impacto nos resultados. A consultora deverá levar em consideração os seguintes aspectos sem, entretanto, limitar-se apenas a estes:

(i) tipos distintos de contratos;

(ii) aos mecanismos regulatórios que regem os diferentes arranjos institucionais, avaliando a eficácia dessa regulação;

(iii) os incentivos econômicos e financeiros da concessionária estabelecidos nos contratos de PSP;

(iv) a consonância ou discordância dos objetivos da concessão com a política urbana do município/estado e com Planos Diretores;

4. METODOLOGIA

A Consultora deverá:

O estudo deverá ter um caráter investigativo e a Consultora deverá utilizar métodos de avaliação de impacto na sua abordagem metodológica. A característica básica de uma **avaliação de impacto** é que constitui uma avaliação da extensão em que as intervenções ou programas causam mudanças no bem-estar das populações-alvo. Uma avaliação de impacto deve estimar o contra-factual, que significa tentar definir uma situação que poderia ocorrer na ausência de uma determinada política (no caso a PSP). Para mais detalhes da avaliação de impacto, ver as referências resumidas na Seção 8 destes Termos de Referência.

A Consultora poderá propor diferentes metodologias na sua Proposta Técnica para fornecer respostas aos três impactos a serem mensurados levando em consideração a natureza dessas perguntas.

Para elaborar a proposta metodológica a Consultora deverá levar em consideração os seguintes elementos:

4.1 Desenho da Metodologia

A Consultora deverá:

A escolha da metodologia dependerá das questões de avaliação, cronograma, restrições orçamentárias e capacidade de implementação. O escopo dos trabalhos estabelece os diferentes elementos da avaliação de impacto proposta, que é fazer uma avaliação da extensão em que a PSP causou mudanças no comportamento e no desempenho dos domicílios, concessionárias e governos.

A Consultora deverá na sua Proposta Técnica explicar a metodologia de avaliação abordando cada uma das três questões separadamente, discutir e realizar o seguinte:

- a) o tipo de avaliação a ser empreendida abordando o grau de validade dos resultados, o grau de viés e como isto será tratado durante o estudo;
- b) os métodos de estimação que seguem a proposta de avaliação;
- c) as questões de implementação que podem comprometer a avaliação de impacto da PSP;
- d) sempre que possível, complementar métodos quantitativos com outros qualitativos;
- e) sempre que possível, elaborar o estudo de uma forma que atualizações futuras possam ser implementadas e facilitadas;
- f) se reportar extensivamente sobre a metodologia utilizada para assegurar a futura replicabilidade do estudo, uma vez que a seleção das metodologias é considerada parte fundamental do estudo. Para isto, a Consultora deverá, no seu Relatório Final, entregar ao cliente todos os instrumentos de pesquisas, estratégias de desenho de amostragens, questionários, base de dados, manuais

- de entrevista, manuais ou documentos de codificações, bem como outras informações pertinentes coletadas para a realização do trabalho; e
- g) e elaborar na Proposta Técnica estratégias para a coleta de informação adicional para a implementação do estudo.

4.2 Utilização de Dados e Informações:

- a) os consultores deverão utilizar bases de dados secundárias, o tanto quanto possível, para as suas análises, exceto para a avaliação do impacto sobre os domicílios que irá requerer coleta de dados primários. As bases de dados secundárias que podem ser usadas pela Consultora incluem, mas não estão limitadas, as seguintes: SNIS (www.snis.gov.br), PNAD, PNSB, Censo Demográfico (www.ibge.gov.br);
- b) visando complementar as informações secundárias existentes, os consultores deverão realizar pesquisas de campo por pessoal qualificado, quando serão coletados os dados adicionais necessários dos domicílios, dos prestadores de serviços e demais instituições envolvidas de âmbito estadual ou municipal;
- c) no caso específico do exame da participação privada na SANEATINS, a coleta de dados complementares às análises será realizada por pesquisa de campo apenas na matriz da Companhia;

As informações e os indicadores utilizados para avaliar a PSP na provisão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deverão compor uma base de dados compatível com a sistemática do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre o Setor Saneamento.

Sugere-se que as seguintes etapas, no mínimo, deverão compor o estudo:

- (i) Plano de Trabalho – a Consultora deverá elaborar proposta de trabalho considerando os presentes Termos de Referência;
- (ii) Metodologia – definição da metodologia considerando fundamentação teórica e identificação do escopo da análise;
- (iii) Aplicação da Metodologia e Resultados;
- (iv) Banco de Dados – construção de um banco de dados com as informações e indicadores utilizados, formatado de forma amigável e de acordo com a sistemática do SNIS, com mecanismos de atualização, manual e documentação completa; e
- (v) Análise de consistência do estudo, considerando entrevistas com atores selecionados e triangulação das informações.

5. RELATÓRIOS, PRODUTOS E OFICINAS DE TRABALHO

5.1. Relatórios e Produtos

Quando da apresentação da proposta, a Consultora deverá propor um Plano de Trabalho que servirá como base para a execução do contrato. No Plano de Trabalho, a Consultora detalhará os produtos e os conteúdos relativos aos estudos contratados (incluindo todas as etapas e produtos) considerando o atendimento de todos os aspectos requeridos nestes

Termos de Referência. A Consultora poderá propor a apresentação de produtos intermediários que facilitem a avaliação dos trabalhos. A inclusão destes produtos no Plano de Trabalho Ajustado será decidida pela Coordenação dos estudos (Grupo de Gestão e Acompanhamento dos Trabalhos). Após os ajustes acordados entre o referido Grupo, descrito no item 6, e a Consultora contratada, esta deverá apresentar um Plano de Trabalho Ajustado.

O estudo deverá gerar, no mínimo, os seguintes produtos:

- Produto 1 – Plano de Trabalho Ajustado;
- Produto 2 – Metodologia, contendo a descrição detalhada das metodologias utilizadas para responder às perguntas e o todos os instrumentos que serão utilizados para as pesquisas de campo;
- Produto 3 – Relatório Parcial, contendo a contextualização geral do setor, cumprimento da Parte 1 do escopo, completa documentação da análise feita e dos resultados da aplicação da metodologia;
- Produto 4 – Relatório Final e Banco de Dados. Como parte do Relatório Final deverá ser feito um resumo executivo de todo o trabalho com, no máximo, 20 (vinte) páginas. O Relatório Final e o resumo executivo deverá ser apresentado em português e inglês.

A versão final de cada produto deverá incorporar comentários e sugestões das oficinas de trabalho e do Grupo de Gestão e Acompanhamento dos Trabalhos.

Além dos produtos acima descritos, o Grupo de Gestão e Acompanhamento dos Trabalhos poderá requerer da Consultora, durante o período de execução dos estudos, a elaboração de textos resumidos (com no máximo 10 páginas) sobre alguns itens específicos do trabalho que o Grupo considerar necessário, tais como a abordagem utilizada no estudo para a classificação dos indivíduos mais pobres, resumo das metodologias, dentre outros.

5.2. Oficinas de Trabalho

A Consultora deverá elaborar proposta de realização de 2 (duas) oficinas de trabalho, que serão realizadas com o objetivo de expor e discutir a metodologia e a implementação do estudo, conforme disposto a seguir:

Oficina 1: Exposição e Discussão da Metodologia: o objetivo desta Oficina é descrever a metodologia e a implementação do estudo. Após a realização desta oficina, a Consultora finalizará a metodologia utilizando as recomendações propostas pelos diferentes *stakeholders*.

Oficina 2: Exposição e Discussão dos Resultados: o objetivo desta Oficina é apresentar os resultados aos diferentes *stakeholders* e coletar as recomendações que serão utilizadas para a finalização do estudo.

As agendas tentativas das duas oficinas deverão ser propostas pela Consultora.

As Oficinas serão realizadas em Brasília, DF, em local a ser designado pelo Grupo de Gestão e Acompanhamento dos Trabalhos.

Os participantes da Oficina também serão designados pelo Grupo, compreendendo o seguinte quantitativo de participantes: Oficina 1: 15-25 participantes; Oficinas 2: 25-45 participantes.

Todos os equipamentos necessários à realização das oficinas deverão ser fornecidos pela Consultora, assim como todo o texto a ser distribuído aos participantes.

6. GRUPO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

O acompanhamento e a avaliação dos trabalhos serão realizados por um Grupo de Gestão e Acompanhamento dos Trabalhos composto por dois representantes da UGP/PMSS, dois do Grupo Brasileiro de Exame da Participação do Setor Privado nos Serviços de Água e Esgotos, descrito no item 2, e do Banco Mundial. Para as Oficinas de trabalho poderão ser convidados especialistas nos temas objeto do estudo, a serem indicados pelos membros do Grupo de Gestão e Acompanhamento dos Trabalhos.

O Grupo de Gestão e Acompanhamento deverá assegurar a adequada implementação do estudo fornecendo permanentemente orientação, monitoramento dos resultados e aprovando os relatórios de progresso e o relatório final. As aprovações formais dos relatórios e as comunicações com a Consultora serão feitas por consenso entre dois representantes da UGP/PMSS e do Grupo Brasileiro de Revisão da PSP.

Haverá um Gestor do Contrato na UGP/PMSS, especialmente designado para essa atividade, responsável por emitir as autorizações, receber e encaminhar os documentos e atividades técnicas, e autorizar os pagamentos correspondentes.

7. EQUIPE

7.1 Equipe Chave

A realização de um estudo bem sucedido depende fortemente do estabelecimento de uma equipe competente de especialistas. A Consultora deverá demonstrar que a equipe proposta para o projeto atende as competências técnicas em relação às pesquisas de domicílios, gestão das concessionárias e análises do gasto fiscal, incluindo um conhecimento específico sobre o setor de água e esgotos. A equipe proposta deverá demonstrar uma combinação das seguintes capacidades: experiência no desenho de pesquisa de avaliação de impacto, realização de pesquisa domiciliar e outras pesquisas de campo (amostragem, coleta de dados, técnicas de pesquisa, controle de qualidade, entrada e limpeza de dados) e análise de dados.

A Consultora irá propor e justificar as competências incluídas na equipe do projeto. Espera-se que a Consultora irá designar uma equipe cujos membros principais possuam as seguintes características:

Tabela 2 – Equipe Chave

Número de profissionais	Experiência profissional/Função	Anos de experiência	Outros requisitos
1	<p>Coordenador, conhecimento e experiência em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de impacto de políticas de reformas; • Pesquisa com análises quantitativas; • Entendimento do impacto da participação do setor privado na provisão dos serviços de água esgotos; • coordenação de projetos. 	10	Excelentes habilidades na elaboração de relatórios e exposição dos temas em oficinas de trabalho
1	<p>Especialista em gestão da prestação dos serviços de saneamento, com conhecimento e experiência em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • mensuração do desempenho operacional das empresas, incluindo, mas não limitado a: gestão de perdas de água; inovações tecnológicas; eficiência na provisão dos serviços; desempenho financeiro das empresas. 	10	Entendimento da problemática da prestação dos serviços de saneamento no Brasil
1	<p>Economista com conhecimento e experiência em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • desenho de pesquisa domiciliar, implementação e análises; • análise da pobreza; • políticas de tarifas e subsídios e seu impacto no desempenho das empresas e no acesso das famílias aos serviços. 	10	
1	<p>Economista com conhecimento e experiência em: Gastos fiscais e gestão fiscal.</p>		
1	<p>Especialista em análise legal e institucional com conhecimento e experiência em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • desenho e análises de 	10	

Número de profissionais	Experiência profissional/Função	Anos de experiência	Outros requisitos
	contratos de concessão; <ul style="list-style-type: none"> • instrumentos legais para a regulação da provisão dos serviços de água e esgotos. • arranjos institucionais para o funcionamento do setor privado. 		

Os profissionais participantes das equipes não podem ser afiliados ou contratados, sob nenhuma forma, com quaisquer das empresas privadas prestadoras dos serviços de saneamento ou quaisquer de suas subsidiárias ou controladas.

7.2 Equipe de Apoio

A Consultora deverá apresentar o quadro completo da equipe técnica que executará os serviços, com as respectivas funções.

8. REFERÊNCIAS

Sugerimos as seguintes referências:

- Private Participation in Water Sector: Cases Studies, Lessons and Future Options. Revised Draft.Report No 19896 BR.

- Antonio Estache, Andres Gomez Lobo and Danny Leipziger, *Utilities Privatization and the Poor: Lessons and Evidence from Latin America*. World Development 29 (7); pp. 1179-1198, 2001.

- Vivien Foster and Caridad Araujo, *Does Infrastructure Reform Work for the Poor: A Case Study from Guatemala*. World Bank, Washington DC, December 2001.

- Vivien Foster, *Measuring the Impact of Energy Reform: Practical Options*. Public Policy for the Private Sector no.210. Washington DC, May 2000.

- Clarke, George R.G; Kosec, Katrina; Wallsten, Scott, *Has Private Participation in Water and Sewerage Improved Coverage? – Empirical Evidence from Latin America*. Policy Research Working Paper, no. 3445. Washington DC, 2004.

- Caroline van den Berg, *Water Concessions: Who Wins, Who Loses, and What to Do about It*. Public Policy for the Private Sector no.217. Washington DC, October 2000

- Judy L. Baker, *Evaluating the Impact of Development Projects on Poverty: a Handbook for Practitioners*. World Bank, Washington DC, 2000.

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTISPM/0,menuPK:384339~pagePK:162100~piPK:159310~theSitePK:384329,00.html>

- Urquhart, Penny and Moore, Deborah. *Global Water Scoping Process: Is There a Case for a Multistakeholder review of Private Sector Participation in Water and Sanitation*. ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Consumers International, WaterAid, RWE Thames Water e Environmental Monitoring Group, 2004.

O endereço para contatos a fim de se obter informação adicional é::

Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP/PMSS
Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS
SCN Q 01 B 8th floor
Ed. América Office Tower
CEP: 70.711-905, Brasília – DF, Brazil
Phone: (61) 3327-5006
E.mail: nyedja.marinho@cidades.pmss.gov.br
Att: Srta. Nyedja da Silva Marinho

das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas (hora local), de 2ª a 6ª feira.

9. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados na Sede da Consultora e nos locais indicados na Tabela 1 - Quantidade de Concessões Existentes no Brasil e População Atendida por Prestadores Privados, Segundo o tipo de arranjo da PSP.

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO

O prazo total para a execução dos trabalhos é de 9 (nove) meses contados da emissão da Ordem de Serviço (OS) pelo Cliente a ser efetuada até 10 (dez) dias da assinatura do contrato. A seguir, constam as atividades detalhadas no CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO

ATIVIDADES / PRODUTOS	MESES								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Produto 1 – Plano de Trabalho Ajustado									
Produto 2 – Metodologia									
Produto 3 – Relatório Parcial, contendo a completa documentação da análise feita e dos resultados da aplicação inicial da metodologia									
Produto 4 – Relatório Final e Banco de Dados e Resumo Executivo									
Reuniões com o Cliente para o Acompanhamento do andamento dos trabalhos									
2 Oficinas									